

MOVIMENTOS SOCIAIS E OSCS COMO AGENTES DE INOVAÇÃO SOCIAL PARA A PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO POLÍTICA

Keite Kelle de Moraes Gewinski¹, Daniel Moraes Pinheiro²

¹ Acadêmica do Curso de Administração Pública ESAG – Bolsista PIVIC/UDESC

² Orientador, Departamento de Administração Pública ESAG – daniel.pinheiro@udesc.br

Palavras-chave: Movimentos Sociais; Inovação Social; Educação Política

A pesquisa buscou investigar a atuação de movimentos sociais e organizações da sociedade civil (OSCs) para a educação política no Brasil, a partir da análise destes como agentes de inovação social. O objetivo do estudo, portanto, foi compreender, a partir do fenômeno da educação política, como ocorre a inovação social e seus possíveis impactos a partir da atuação dos atores participantes de movimentos sociais e OSCs no âmbito político. A motivação para o estudo encontra-se em dois fundamentos: o primeiro diz respeito aos desafios vivenciados na última década por comunidades em todo o mundo, em que os atuais modelos têm sido questionados nos âmbitos político, econômico e social, exigindo respostas inovadoras e que sejam capazes de lidar com questões consideradas altamente complexas; o segundo fundamento aponta para a relevância do papel da sociedade civil, nesse caso, movimentos e organizações sociais, na manutenção de sociedades democráticas, plurais e capazes de equacionar interesses distintos (MACHADO, 2007).

No contexto brasileiro, a instabilidade política somada à crise econômica de 2008, fomentou um cenário de insatisfação e manifestações populares em todo país. No entanto, o que se evidenciou foi a falta de bagagem política e democrática dos brasileiros (frágil cultura política), gerando debates vazios e polarizados, principalmente nas redes sociais. Essa realidade - que teve seu estopim nas manifestações de rua em 2011 -, motivou o surgimento de diversas iniciativas da sociedade civil que, por meio da educação política, apresentaram formas que podem ser consideradas inovadoras na promoção de espaços de participação e socialização política (BAQUERO, BAQUERO & MORAIS, 2016).

A relevância dos movimentos sociais na construção e manutenção de uma sociedade pautada em valores democráticos é reconhecida por diversos autores (SCHERER-WARREN, 2006; MACHADO, 2007; ALONSO, 2009). No entanto, ainda faltam estudos mais aprofundados sobre “como” tais práticas têm se constituído e seus possíveis impactos (ANDION *et al.*, 2017; CAJAIBA-SANTANA, 2012), principalmente considerando as mudanças que sofreram em sua forma de atuação nos últimos trinta anos, tanto em relação às suas motivações quanto ao processo democrático em si (MACHADO, 2007). Sendo a participação popular a base de uma sociedade democrática, e que esta deve-se dar de maneira crítica e consciente, voltada para atuação cidadã, a educação política faz-se imprescindível (BAQUERO & BAQUERO, 2017; BENEVIDES, 1996; RIBEIRO, 2002). Nesse sentido, é preciso estudar e compreender as inovações sociais geradas nesse processo, em que, por meio da ação coletiva, são apresentadas novas abordagens e

possibilidades às questões sociais e, assim, contribuir com o campo e fortalecer o conceito, ainda sem consenso na literatura.

Para tal, adotou-se como desenho metodológico a pesquisa qualitativa. Na primeira fase foi feita a revisão bibliográfica acerca de movimentos sociais, educação política e inovação social. A seguir, foram levantados dados secundários em sites e redes sociais de movimentos e iniciativas da sociedade civil que atuam com educação política no Brasil. Também foi utilizado para as buscas o “Mapa de Inovação Política” do Instituto UpDate, ferramenta que ajuda a identificar práticas sociais organizadas em eixos de atuação. O principal critério de recorte levou em conta iniciativas que não possuíssem posicionamento ideológico declarado, centrando-se nas práticas com possibilidade de um maior alcance no processo de educação política. Na segunda parte da pesquisa, foi construída uma matriz de sete indicadores de inovação social e suas respectivas referências, além de definidos os critérios e eixos nos quais os dados seriam agrupados. A coleta de dados primários se deu através de entrevistas semiestruturadas, presenciais e *online*, com membros e lideranças dos movimentos e organizações. Os respondentes da pesquisa, assim como os movimentos e organizações a que pertencem não foram identificados, tendo suas respostas codificadas no processo de análise, preservando sua identidade.

Como resultado, foi possível identificar que o principal fator de inovação social dos movimentos estudados está na **forma** como eles atuam: (a) Comunicação do conteúdo: uso de ferramentas tecnológicas diversas, como redes sociais, aplicativos e jogos; constante interação presencial com metodologias variadas; e tradução de linguagem. (b) Compartilhamento de poder: atuação completamente pautada em redes e guiada pela lógica da complementaridade; ao invés de competir, compartilham insumos e conhecimentos, fazem parcerias e adotam como razão de existir uma causa e não o movimento/organização social. (c) Postura e organização: postura mais proativa, do que reativa, com planejamento estratégico e profissionalização, diferenciando-se de movimentos de outros tempos. (d) Como internalizam valores: compreendem a democracia como um valor em si mesmo. Buscam pontos em comum que possibilite o diálogo com diferentes grupos e atores, caracterizando-se como um espaço potencial de socialização e participação política. (e) Como podem impactar em políticas públicas e na cultura política do brasileiro: em políticas públicas têm potencial de agirem como vetores de diálogo entre o cidadão e a política institucional, além de elegerem e acessarem atores políticos, apresentando novas formas para se “fazer política”; na cultura política, impacto promovendo conhecimento que empodera e ressignifica a relação do indivíduo com a vida política e a democracia.

Tais resultados evidenciaram o aspecto inovador dos movimentos, que propõem não apenas a mera participação e interesse pela vida política, mas o comprometimento individual, das redes e dos atores nelas envolvidos com a construção e a defesa da democracia. Por fim, a pesquisa também lançou luz à aspectos que merecem serem discutidos dentro e fora da academia, tais como: o protagonismo da ação coletiva e como as inovações sociais promovidas pela sociedade civil podem vir a criar uma nova lógica nas estruturas sociais, políticas e econômicas; a busca sobre como superar limites encontrados pelos movimentos, como as desigualdades sociais, a falta de mão de obra, as câmaras de eco, a cultura política depreciativa; e compreender os impactos a médio e longo prazo que as iniciativas da sociedade civil pode ter na cultura política e nas estruturas da política institucional.